

MATERIAL TEÓRICO FORMAÇÃO PRESENCIAL

COORDENAÇÕES

Ambiente Virtual

Avaliação

Formação e Desenvolvimento Profissional

Monitoramento e Acompanhamento

Multimídias

Polos

Produtos Formativos

Projetos Especiais e Ações Articuladas

Rede de Interações Dialógicas

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO CECAMPE SUDESTE.....	04
1.1 Área de Abrangência.....	04
1.2 Organograma Equipe.....	04
1.3 Sensibilizações Presenciais e Virtuais.....	04
1.4 Municípios Representados na Formação Presencial.....	05
1.4 Curso Trilhas no PDDE EAD (Curso 4).....	05
2 PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - IMPACTOS NA ESCOLA - Daér José Vieira da Motta.....	05
2.1 Princípios.....	05
2.2 Público Alvo.....	06
2.3 Alcance.....	06
2.4 Orçamento.....	06
3 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES - Daér José Vieira da Motta.....	06
4 AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA - Daér José Vieira da Motta.....	06
5 CONCEITOS - Daér José Vieira da Motta.....	07
6 QUAIS SÃO OS IMPACTOS ESPERADOS DO PDDE? REFLEXÕES DOS AUTORES - Daér José Vieira da Motta.....	07
6.1 Reforçar a autonomia da comunidade escolar.....	07
6.2 Melhoria da infraestrutura física e pedagógica do estabelecimento de ensino.....	09
6.3 Ampliação da participação social.....	11
6.4. Considerações Finais.....	11
7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS: Desafios e possibilidades do trabalho coletivo na gestão do PDDE.....	12
7.1 O PDDE e as potencialidades do trabalho coletivo... O que a sabedoria popular tem a nos dizer?.....	12
7.2 O que as teorizações têm a nos dizer?.....	12
7.3 Instrumentos constitutivos da Gestão Democrática.....	12

8 IDEGES E GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	12
8.1 Business Intelligence.....	13
 9. CARTÃO PDDE: Possibilidades de uso e dúvidas.....	13
9.1 Contextualização Inicial.....	13
9.2 Contatos atualizados Pontos Focais Banco do Brasil Região Sudeste.....	13
9.3 Ações do Cecampe Sudeste junto ao Cartão PDDE.....	14
9.4 Diálogo com gestores sobre dúvidas recorrentes.....	14
9.5 Dicas importantes.....	17
 10 PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR – PNATE – Programa Caminho da Escola.....	18
10.1 IDEGES <-> PNATE.....	18
10.2 Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar – SETE.....	19
10.2 CACS FUNDEB -> Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB.....	19
10.3 Previsão de repasses.....	20
10.4 Programa Caminho da Escola.....	20
 11 DISPOSIÇÕES FINAIS.....	20

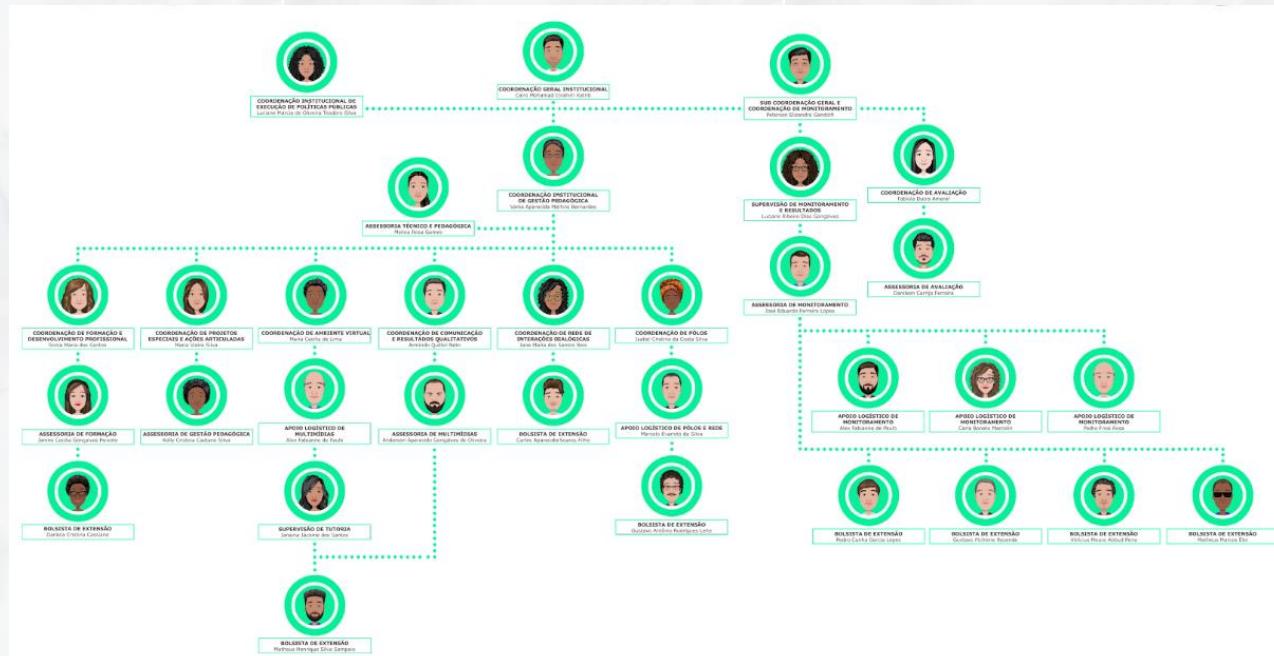
1 APRESENTAÇÃO CECAMPE SUDESTE

Centro Colaborador de Apoio ao Monitoramento e à Gestão de Programas Educacionais busca incentivar, por meio de formação continuada, ações de monitoramento e avaliação visando a melhoria do Índice de Desempenho da Gestão Descentralizada (**IdeGES**) do Programa Dinheiro Direto na Escola (**PDDE**) em todo território nacional.

1.1 Área de Abrangência

O Cecampe Sudeste atua em toda região Sudeste, e seus respectivos estados: Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.

1.2 Organograma Equipe



1.3 Sensibilizações Presenciais e Virtuais

Uberlândia/MG
Belo Horizonte/MG
Betim/MG
Araguari/MG
Ituiutaba/MG
Prata/MG
Monte Carmelo/MG
Montes Claros/MG
Patos de Minas/MG
Uberaba/MG
São José do Rio Pardo/S
Mococa/SP

Piracicaba/SP
Ribeirão Preto/SP
Arraial do Cabo/RJ
Duque de Caxias/RJ
Iguaba Grande/RJ
Magé/RJ
Mendes/RJ
Paty do Alferes/RJ
Pinheiral/RJ
Piraí/RJ
Rio Bonito/RJ
Rio de Janeiro/RJ

São Gonçalo/RJ

Vitória/ES

1.4 Municípios Representados na Formação Presencial

Araguari/MG	Montalvânia/MG
Araporã/MG	Monte Alegre de Minas/MG
Cachoeira Dourada/MG	Monte Carmelo/MG
Campina Verde/MG	Montes Claros/MG (Cidade sede curso 2)
Fruta de Leite/MG	Nova Ponte/MG
Indianópolis/MG	Olhos D'agua/MG
Itacambira/MG	Prata/MG
Ituiutaba/MG	Santa Vitória/MG
Japonvar/MG	São João da Ponte/MG
Josenópolis/MG	São João do Pacuí/MG
Juramento/MG	Tupaciguara/MG
Luislândia/MG	Uberlândia/MG (Cidade sede curso 1)
Manga/MG	

1.5 Curso Trilhas no PDDE EAD (Curso 4)

Caderno 1

Adesão, Execução e Prestação de Contas

Caderno 2

PDDE - Gestão Democrática e as Políticas Públicas de Inclusão e Diversidade Dialogada na Escola

Caderno 3

Políticas Públicas e Programas do FNDE

2. PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA - IMPACTOS NA ESCOLA -

Daêr José Vieira da Motta

O PDDE tem como objetivo a transferência anual suplementar de recursos para escolas públicas de educação básica e privadas de educação especial, contribuindo para:

- O provimento de necessidades prioritárias da escola;
- A garantia de funcionamento da escola;
- A promoção de melhorias na estrutura física e pedagógica.

2.1 Princípios:

- Participação social;

- Autonomia escolar;
- Simplificação de processos.

2.2 PÚBLICO ALVO:

- Mais de 138 mil escolas de educação pública básica, recenseada pelo INEP;
- Quase 3 mil entidades privadas de educação especial com atendimento gratuito ao público;
- Mais de 33 milhões de alunos alcançados.

2.3 alcance:

- Mais de 123 mil escolas.

2.4 Orçamento:

- Orçamento anual de R\$ 2,3 bilhões.

3 CONSIDERAÇÕES IMPORTANTES - Daér José Vieira da Motta

- O FNDE não tem uma avaliação de impacto do PDDE, esta se encontra em fase de planejamento;
- Os achados dos estudos desta apresentação não foram extraídos de uma metanálise ou revisão sistematizada, são estudos sobre o Programa que possuem objetivos e metodologias diferentes entre si.

4. AVALIAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA - Daér José Vieira da Motta

A avaliação das políticas públicas é parte integrante de uma estrutura de decisão baseada em evidências, uma das boas práticas de Governança do Setor Público. A avaliação de políticas públicas, executada como um processo sistemático, integrado e institucionalizado, tem como premissa básica verificar a eficiência dos recursos públicos e, quando necessário, identificar possibilidades de aperfeiçoamento da ação estatal, com vistas à melhoria dos processos, dos resultados e da gestão.

Seguindo as melhores referências internacionais, as avaliações de políticas públicas devem ser executadas em caráter permanente e integradas ao ciclo de políticas públicas, que envolve também o planejamento, a execução e o controle orçamentário e financeiro. Só com a

efetiva utilização dos resultados das avaliações na adoção de medidas de melhoria na execução das políticas públicas e no processo orçamentário e financeiro, que os princípios de eficiência, efetividade e eficácia serão aplicados.

5. CONCEITOS - Daêr José Vieira da Motta

- **Monitoramento:** Tem o propósito de subsidiar os gestores com informações mais simples e tempestivas sobre a operação e os efeitos do programa, resumidas em painéis ou sistemas de indicadores de monitoramento (Jannuzzi, 2009)
- **Avaliação:** Tem o propósito de subsidiar os gestores com informações mais aprofundadas e detalhadas sobre o funcionamento e os efeitos do programa, levantadas nas pesquisas de avaliação.

6. QUAIS SÃO OS IMPACTOS ESPERADOS DO PDDE? REFLEXÕES DOS AUTORES - Daêr José Vieira da Motta

6.1 Reforçar a autonomia da comunidade escolar:

20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: Um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública”
 Andréia da Silva Mafassoli Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre/RS - 2015

Pontos positivos: O Programa é bem avaliado pelas escolas e pelos sistemas de ensino. Durante décadas, os gestores das escolas públicas tinham que organizar rifas, festas e contribuições espontâneas para gerir a escola, pois os recursos eram escassos.

Os recursos do PDDE modificaram essa realidade, mesmo ampliando as funções do gestor escolar, as escolas públicas tiveram uma “autonomia” relativa para qualificar os processos de ensino e de aprendizagem e o desenvolvimento de atividades educacionais do projeto pedagógico.

Fragilidades: Verificou-se na escola a presença de uma autonomia relativa, pois esta foi outorgada a ações específicas, determinadas pelo próprio Programa, sem possibilidade de efetivo poder de decisão.

As decisões centralizadas sobre os gastos públicos e seu rigoroso controle por parte do governo federal, notadamente porque os recursos são fixados para despesas de custeio e de capital.

Essa falta de autonomia promove a manutenção da dependência da UEx ao centro do sistema.

O Programa Dinheiro Direto na Escola e a Gestão Financeira Escolar em âmbito Nacional. Tese de Doutorado – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 454. 2020
VIANA, Mariana Peleje

Pontos positivos: O PDDE, caso seja incrementado e aperfeiçoado conforme os apontamentos dos próprios sujeitos que lidam com ele na ponta do sistema escolar, pode corresponder a um mecanismo de abrangência e operacionalidade relevante para a promoção das condições de acesso e de gestão escolar com qualidade.

O PDDE se constituiu mais como um indutor da gestão democrática e da descentralização financeira, a gestão financeira escolar depende em grande nível dos recursos do PDDE.

Mais de 75,0% das escolas do país podem estar realizando uma gestão financeira do PDDE coletivamente, sem envolver apenas a coordenação ou a direção escolar

Fragilidades: O PDDE não contribui para a auto-gestão escolar no plano financeiro, pois o uso de seus recursos ainda obedece a regras arbitrárias quanto à possibilidade de gasto.

A gestão financeira na escola pública do Distrito Federal: avanços ou contradições? Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Brasília. Brasília, p. 122. 2019
FILHO, Geraldo Pereira Da Silva

Pontos positivos: O dinheiro na conta, salvo algumas amarras burocráticas regulatórias, permite um certo grau de autonomia às escolas para que esse aporte financeiro dê sustentação ao desenvolvimento das atividades pedagógicas.

Verificou-se que a comunidade escolar avalia positivamente a alocação desses recursos pois os recursos permitem a cada escola suprir suas carências materiais de maneira a atender as necessidades mais específicas, realidade antes impensável.

Fragilidades: Foi detectado pela pesquisa que o diretor também ocupa a centralidade da gestão financeira, com retirada parcial ou total do diretor da escola das atividades de natureza pedagógica.

Descentralização financeira para as escolas da educação básica pública: uma análise do PDDE na escola estadual cidade modelo no período de 2012 A 2015. Dissertação (Mestrado em Currículo e Gestão da Escola Básica) – Universidade Federal do Pará.
BATISTA, Pablo Aguiar Castro

Pontos positivos: Aumento da autonomia de gasto. Os recursos repassados representavam importantes aportes no orçamento escolar.

Fragilidades: Pequena participação da comunidade na operação dos recursos repassados.

Desafios e Conquistas da Utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola pelas Instituições de Ensino Municipais e Estaduais do Sudoeste Goiano.
Dissertação – Universidade Federal de Goiás. Jataí, p. 115. 2019
TITOTO, Sheule Anne Labre

Pontos positivos: O programa é de extrema importância para a escola, contribuindo para o seu desenvolvimento, devido à disponibilização da verba para atender algumas das expectativas dos professores e funcionários, e podendo ser utilizada de forma ágil para atender as necessidades emergenciais.

O PDDE consegue alcançar o objetivo de dar suporte financeiro às escolas em caráter suplementar.

Fragilidades: A autonomia do PDDE na realidade das escolas é uma autonomia relativa, pois já possui direcionamento pré-estabelecido para utilização dos recursos.

6.2 Melhoria da infraestrutura física e pedagógica do estabelecimento de ensino

Desafios e Conquistas da Utilização do Programa Dinheiro Direto na Escola pelas Instituições de Ensino Municipais e Estaduais do Sudoeste Goiano.
Dissertação – Universidade Federal de Goiás. Jataí, p. 115. 2019
TITOTO, Sheule Anne Labre

Pesquisa realizada em escolas estaduais, localizadas na cidade de Maringá/PR.

Nos anos pesquisados (2014 e 2015), os estabelecimentos receberam um total de R\$ 319.275,93 (trezentos e dezenove mil, duzentos e setenta e cinco reais e noventa e três centavos), foi verificado que:

- 32,95% das despesas foram de capital,
- 15,80% com despesas de materiais de expediente,
- 15,65% com contratação de serviços em geral,
- 11,21% com materiais de higiene e limpeza,
- 8,01% com materiais esportivos.

Com estes itens de despesa os estabelecimentos de ensino gastaram 83,62% dos recursos recebidos. Apenas 16,38% foram investidos nos demais itens de despesas tais como, material

didático, material de informática, material de construção, lâmpadas e luminárias, material de copa e cozinha.

Analisando as despesas efetuadas, observou-se que as escolas mantiveram a tendência efetiva no que se refere à realização de despesas com bens de capital, materiais de expediente, materiais de higiene e limpeza, materiais de construção.

As escolas ainda não estavam investindo os recursos em despesa com atividades pedagógicas tais como visitas com alunos a museus e outras atividades pedagógicas culturais.

Segundo os dados apurados e, ainda que esses recursos continuem com as escolas, a constatação é que as escolas utilizam os recursos mais com as demandas do dia a dia.

A gestão financeira na escola pública do Distrito Federal: avanços ou contradições?
SILVA FILHO, Geraldo Pereira da.

Por outro lado, o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) foi considerado o programa com maior reflexo na melhoria da qualidade do ensino.

Na opinião dos segmentos pesquisados, os recursos descentralizados têm sua aplicação planejada de forma democrática e tem contribuído para a melhoria da qualidade do ensino fundamental.

“Quando o Estado não chega: a eficácia de programas educacionais em assentamentos, comunidades indígenas e quilombolas”
Cinara Araújo Lobo e Jose Bernadino Costa
FNDE e Universidade de Brasília, Brasília/DF - 2022

Dificuldade de acesso das escolas indígenas ao PDDE. Existem, no País, 10.416 escolas situadas em comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos, (Censo Escolar (2019). Desses, 2.993 (28,7%) não possuem UEx, tampouco recebem recursos por meio da prefeitura ou secretaria estadual. Elas simplesmente não participam do PDDE e de nenhuma de suas ações integradas

Há um acúmulo grande de saldo nas contas das escolas indígenas e quilombolas. Das UEx que receberam recursos, 30% possuíam mais de 100% do valor de repasse do PDDE em conta bancária em 2019.

Nas escolas que foram beneficiadas com o PDDE por meio das secretarias de educação e prefeituras, o índice de inexecução acima de 100% do valor anual do PDDE chegava a 40%.

O não uso dos recursos aponta para a possibilidade de que a capacidade estatal das prefeituras seja uma de suas possíveis explicações, pois, grande parte dessas escolas se localiza em municípios pequenos, com economia frágil, que não arrecada sequer para sustentar sua folha de pagamento.

Nas escolas que receberam recursos, o desconhecimento do PDDE pode ser a causa do não uso do dinheiro.

6.3 Ampliação da participação social

ZANIRATTO, Adilson Carlos Jr. Avaliação dos processos de gestão entre o planejamento e recursos do PDDE destinados às escolas Municipais de Juiz de Fora-MG, 2016. 53f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) Faculdade de Administração e Finanças, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Os resultados das entrevistas realizadas demonstraram que há pouca participação da sociedade, principalmente dos pais nas escolas. O processo do planejamento é realizado pelo gestor, e em alguns casos, com professores e funcionários. A prestação de contas realizadas com à prefeitura na grande maioria dos casos foi somente validada pelo colegiado sem a sua atuação efetiva e que os gestores têm certa dificuldade no uso das verbas que são separadas entre custeio e capital.

6.4 . Considerações finais

- A realização de uma avaliação de impacto do PDDE permitirá melhores conclusões;
- Em geral, o PDDE contribui para o aumento da autonomia e melhoria da infraestrutura física e pedagógica da escola;
- É preciso avançar muito na ampliação da participação social e no alcance do programa em escolas indígenas;
- Os estudos ajudam a identificar pontos a serem aprimorados no Programa: aumento do valor, desburocratização, etc;
- O FNDE fomenta estudos e análises sobre o PDDE e os analisa, a fim de aprimorar a sua atuação;
- O Financiamento da Educação é um compromisso do Estado brasileiro para apoiar às políticas públicas;
- Ampliação da participação social;
- Elevação dos indicadores de desempenho da educação básica.

7 GESTÃO DEMOCRÁTICA E DESCENTRALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS: Desafios e possibilidades do trabalho coletivo na gestão do PDDE

7.1 O PDDE e as potencialidades do trabalho coletivo... O que a sabedoria popular tem a nos dizer?

- “Uma andorinha sozinha não faz verão”;
- “Sonho que se sonha só é só um sonho, mas, sonho que se sonha junto é realidade”;
- “Um mais um é sempre mais que 2”;
- “Se quer ir rápido, vá sozinho. Se quer ir longe, vá em grupo.” (Provérbio africano).

7.2 O que as teorizações têm a nos dizer?

Gestão Autocrática	Gestão Democrática
Governo de um líder fechado em si mesmo com poderes ilimitados e absolutos	Governo baseado na distribuição equitativa do poder e se caracteriza pela soberania do grupo, pela divisão dos poderes e pelo controle do autoritarismo.

7.3 Instrumentos constitutivos da Gestão Democrática

- *Âmbito dos sistemas*: CNE, CEE, CME;
- *Âmbito das unidades escolares*: Grêmios estudantis, Projeto Político-Pedagógico, Colegiados/Conselhos Escolares.

8 IDEGES E GESTÃO DEMOCRÁTICA

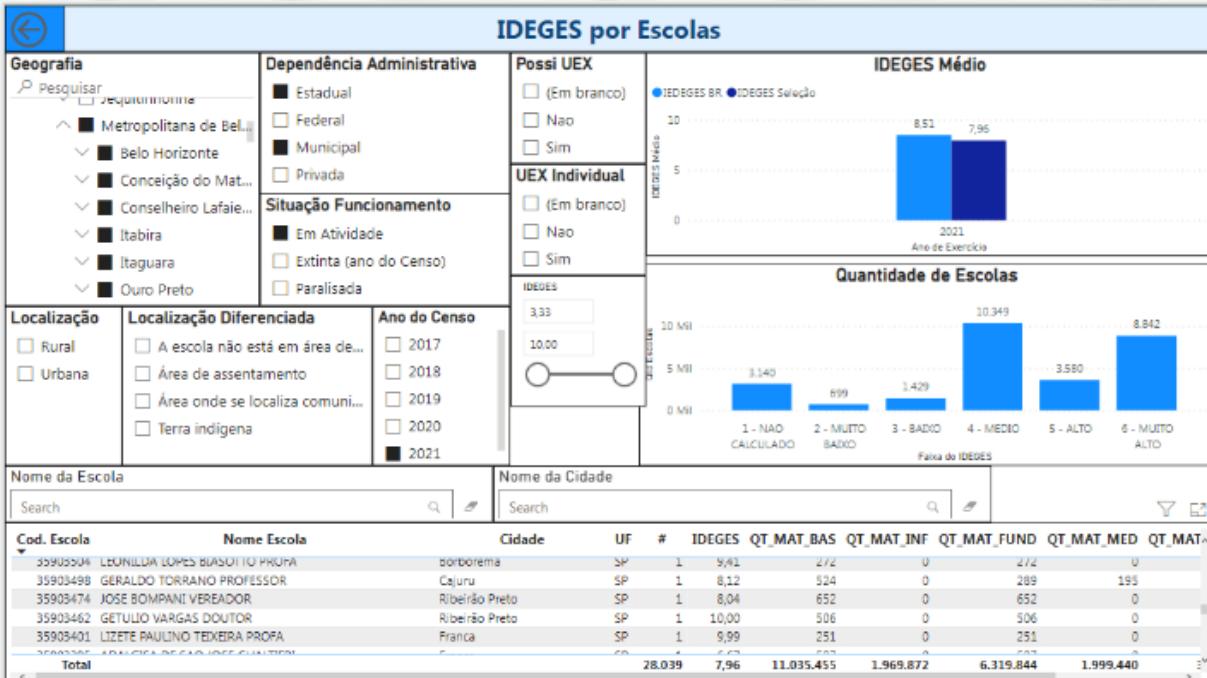
IdeGES é o principal indicador utilizado na aferição de resultados do PDDE.

Propósitos:

- Favorecer e/ou viabilizar iniciativas de monitoramento e avaliação do programa;
- Orientar as ações de assistência técnica do MEC/FNDE;
- Estimular esforços político-institucionais para melhoria para melhoria do desempenho;
- Reconhecer iniciativas exitosas de gestão, premiando entidades/entes federados com desempenho exemplar;
- Contribuir para alocação orçamentária mais eficiente;

O Ideges é formado por três sub-indicadores que compreendem cada etapa do processo que envolve os recursos do PDDE, que são elas: Adesão, Execução e Prestação de Contas. Dentro desses sub-temas as classificações vão de 0 a 10, onde de 0 a 3,9 = Muito Baixo, de 4 a 5,9 = Baixo, de 6 a 7,9 = Médio, de 8 a 8,9 = Alto e 9 a 10 = Muito Alto.

8.1 Business Intelligence - B.I



- Acesso às informações contidas no B.I por meio do link:
<http://www.proexc.ufu.br/cecampesudeste/dados>

9. CARTÃO PDDE: Possibilidades de uso e dúvidas

9.1 Contextualização Inicial

Ressaltamos aqui a importância da parceria com a Diretoria de Governo do Banco do Brasil (Digov). Também o FNDE, o Cecampe Sudeste e a parceria com o Banco do Brasil, e os Pontos Focais do Banco do Brasil sobre o PDDE na região Sudeste.

9.2 Contatos atualizados Pontos Focais Banco do Brasil Região Sudeste

Estado	Nome	Email principal
ES	Rodrigo Leite	super.es.gov@bb.com.br
MG-RJ	Bruno Ervilha Rodrigues	supermg.pj@bb.com.br
SP	Andre Luiz Palaretti Andrea Paroni Laura Beatriz	super.var.sp.pj@bb.com.br superesp.pj@bb.com.br

9.3 Ações do Cecampe Sudeste junto ao Cartão PDDE

- Contatos iniciais;
- 1º Webinar: “Cartão PDDE: Orientações para Uso”;
- 2º Webinar: “Cartão PDDE: Orientações para Uso”;
- Reunião Cecampe com Pontos Focais BB Região Sudeste;
- Possibilidades futuras.

9.4 Diálogo com gestores sobre dúvidas recorrentes

1. Ainda é possível realizar pagamentos através de cheque? Se sim, quem se enquadra e como proceder?

- Sim até que seja disponibilizado o cartão magnético, que também é chamado de “plástico” pelos servidores do Banco do Brasil;
- Também pode ser emitido nominalmente em caso de impossibilidade de movimentação por meio eletrônico;
- Forma de pagamento possível para contas mais antigas do PDDE Básico e do PDDE Ações Integradas (criadas antes de 2018);
- Demais contas após 2018 há emissão apenas do cartão.

2. Como funciona a questão dos saldos de contas inativas? É possível juntar saldos de contas diferentes?

Resposta está na Resolução nº 15 de 16 de setembro de 2021

Art. 25:

§ 1º A faculdade de utilização dos saldos remanescentes nas contas bancárias das Ações Integradas na forma do caput, só poderá ser executada se as operacionalizações destas ações tiverem sido totalmente concluídas ou não tiverem sido iniciadas, continuadas ou concluídas por força de intransponíveis óbices supervenientes aos repasses.

§ 2º As circunstâncias e os fatos admitidos no § 1º deste artigo, motivadores da utilização alternativa dos saldos remanescentes de que tratam o caput, deverão ser objeto de registro em ata a serem anexadas nas respectivas prestações de contas a ser submetida à EEx.

§ 3º A movimentação dos recursos, bem como as prestações de contas, deverão ser realizadas em suas contas originárias, não sendo permitida a transferência de recursos das contas das Ações Integradas à conta do PDDE.

Os saldos remanescentes nas contas bancárias das Ações Integradas ao PDDE, poderão ser utilizados nas finalidades observando as categorias econômicas de custeio e de capital e que define o Art. 4º:

§ 1º Os recursos do PDDE e Ações Integradas, liberados na categoria de custeio, poderão ser utilizados, também, para cobrir despesas cartorárias decorrentes de alterações nos estatutos das Unidades Executoras Próprias – UEx, [...].

3. A respeito do limite do cartão, como funciona de acordo com cada modalidade?

O pagamento via saque possui limite, conforme especificação abaixo.

- R\$ 800,00 dia;
- R\$ 2.000,00 mês;
- R\$ 8.000,00 ano.

Contudo há outras modalidades de transação: DOC e TEDE para a conta bancária do fornecedor/prestador.

Caso não tenha conta bancária, recomenda-se emitir ordens de pagamento.

4. Como realizar a transferência do titular do cartão?

O cartão é emitido em nome do presidente da UEx e não poderá ser usado por outra pessoa.

Somente se o vice-presidente se tornar presidente do Caixa Escolar/UEx por um determinado período, com as devidas alterações junto à Receita Federal e ata com registro em cartório.

5. O Cartão é somente para PDDE Básico?

Sim. O limite de gastos do cartão é determinado pelo FNDE em função do número de alunos informados no Censo Escolar.

A importância dos dados consolidados.

6. O que fazer quando há mal funcionamento do cartão?

Você deverá certificar-se que o funcionário realizou os seguintes comandos para o uso do Cartão PDDE:

- a) Conformidade na conta de relacionamento do Cartão (Clientes 21-06-31 e 21-46)
- b) Cadastro de senha de 6 dígitos no TAD 008, sem senha anterior;
- c) Liberar Cartão PDDE (Cartão 21-14);
- d) Verificar se a conta de relacionamento do Cartão está com restrição por inatividade (DEB 01-01-01)

7. Como funciona a substituição do Cartão?

Caso esteja próximo do vencimento, será enviado um novo para a agência de relacionamento.

8. Caso queira encerrar a conta, como proceder? Há a possibilidade de encerramento de conta automaticamente?

- Contas somente são encerradas quando o saldo tiver zerado;
- Somente o FNDE pode encerrar contas;
- Em casos de saldos baixos há duas possibilidades:
 - a) devem ser utilizados até zerar;
 - b) deve ser emitida GRU para zerar saldo na conta.

9. Quem possui acesso ao Extrato Bancário?

O representante legal da UEX, devidamente cadastrado e em posse das senhas necessárias.

10. Como realizar pagamento boleto no Gerenciador?

Art 17. A movimentação dos recursos pelas EEx, UEEx e EM somente é permitida para a aplicação financeira, e para o pagamento de despesas aos fornecedores e/ou prestadores de serviços relacionadas com as finalidades do PDDE e Ações Integradas, devendo-se realizar por meio eletrônico, (de modo a possibilitar a identificação dos favorecidos), tais como:

- Diretamente em máquina leitora de cartão magnético dos estabelecimentos comerciais (pagamentos de boletos bancários, títulos ou guias de recolhimento);
- Além disso é possível realizar transferências entre contas do mesmo banco ou de outros (DOC e TED);
- Emitir ordens de pagamentos;
- Saques em Terminais de Autoatendimento do Banco do Brasil (TAA).

11. É possível fazer pagamento por pix?

A Resolução nº 15/2021 também permite a utilização de “outras modalidades de movimentação eletrônica, autorizadas pelo Banco Central do Brasil, em que fique evidenciada a identificação dos fornecedores e/ou prestadores de serviços favorecidos”. Dessa forma, fica autorizado, exclusivamente para o pagamento de despesas do PDDE Ações Integradas, o uso do Pix. Destaca-se que as outras formas de pagamento, citadas na Resolução, continuam vigentes.

A modalidade de pagamento denominada “Pix” somente poderá ser utilizada, por enquanto, para as Ações Integradas. Em caso de dúvidas, envie uma mensagem para o e-mail pdde@fnde.gov.br, ou ligue para: 0800-616161 ou (61) 2022-4829/5570/5572/5573/5574.

12. Como liberar o PDDE cartão para utilização de suas funções ou para aumentar limites de transações?

Solicitando ao gerente de relacionamento.

13. Como utilizar os rendimentos para as contas do PDDE?

- O rendimento de aplicação pode ser usado para qualquer categoria econômica;
- A Caixa Escolar tem autonomia para definir.

9.5 Dicas importantes

- Se eu não consigo ir até a agência ou gerente local, posso acionar por e-mail: supermg.pj@bb.com.br Se eu não consigo ir até a agência ou gerente local, posso acionar por e-mail: supermg.pj@bb.com.br (Bruno Ervilha Rodrigues) ou cartaopdde@fnde.gov.br
- Para entrar em contato direito com sua agência indicada pelo FNDE AGExxx@bb.com.br (no lugar de XXXX digite os quatro primeiros números da agência sem dígito);
- Extratos solicitados na agência geram tarifas mas se acessados eletronicamente ou pelo aplicativo são gratuitos;
- Sugestão: vídeo institucional Banco do Brasil para gerenciador financeiro <https://youtu.be/j6f4j-ZZMTE>;
- É importante verificar se o gerente de relacionamento liberou todos os comandos do cartão para diferentes transações:
 - transferências de valores para contas do Banco do Brasil (conta corrente e poupança);
 - transferências de valores para contas de outros bancos (DOC e TED);
 - emissão de Ordem de Pagamento, em favor de pessoas que não possuem conta bancária;
 - saques em terminais de autoatendimento do Banco do Brasil .

- Contato Banco do Brasil: digov.dinef3@bb.com.br

10 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar – PNATE - Programa Caminho da Escola

- O que é o PNATE ?

Recurso repassado pelo FNDE às EExs de acordo com as informações enviadas pelas unidades escolares no Censo Escolar. Resolução n.º18 de 21/10/2021 - Em vigor a partir de 01/01/2022

- Atender alunos de zona rural que utilizam transporte escolar;
- Manutenção, combustível, seguro, licenciamento, dentre outros;
- Valor do repasse variável; <http://www.fnde.gov.br/programas/transporte-escolar-consultas>
- São 10 parcelas (de fevereiro a novembro) de custeio;
- Reprogramado até 30% do valor total que foi repassado durante o ano.
- Desde 2006 a metodologia de cálculo era um e a partir de 01/01/2022 mudou.
- O município que precisa mais, recebe mais recursos, de acordo com as diferenças regionais, além do quantitativo de alunos de zona rural.
- Fórmula utilizada para cálculo:

O cálculo do valor per capita da distribuição a partir do montante de recursos disponibilizados anualmente apresenta a seguinte fórmula:

$$PercaptaD_{(i)} = \left(\frac{RecursoDist}{\sum_{i=1}^n \frac{NP(i)}{Max_{NP}} \times TAl_{(i)}} \right) \times \frac{NP(i)}{Max_{NP}}$$

Em que:

PercaptaD(i) = valor per capita da distribuição a partir de um montante de recursos pré-definido

NP(i) = novo valor per capita

TAl(i) = total de alunos transportados

MaxNP = maior valor per capita que um município recebe

RecursoDist = total de recursos disponível para a distribuição

i = município de análise

n = número de municípios da análise

10.1 IDEGES <-> PNATE

- Três indicadores para graduar a nota:
 - 1 - Execução do recurso;
 - 2 - Prestação de contas;
 - 3 - Uso do SETE - Sistema Eletrônico de Gestão de Transporte Escolar.

10.2 Sistema Eletrônico de Gestão do Transporte Escolar – SETE

Sistema fornecido pelo FNDE voltado a auxiliar na gestão do transporte escolar dos municípios brasileiros considerando as suas singularidades.

- EEx pode usar, TAMBÉM, outros sistemas próprios;
- O Software é gratuito;
- Pode ser baixado e aprimorado;
- O acesso pelas entidades executoras dar-se-á pelo seguinte endereço: <https://transportes.fct.ufg.br/p/31448-sete-sistema-eletronico-de-gestao-do-transporte-escolar>
- Recomendado que:

Sejam criados regulamentos pelo Poder Executivo local que prevejam os itens de transporte local, como:

- Definição de pontos de embarque e desembarque de alunos para otimizar o serviço; Segundo a Resolução que regulamenta o PNATE, não é obrigatório pegar/entregar o aluno na porta de casa;
- Itens de segurança aos alunos;
- Itens de acessibilidade aos alunos com necessidades especiais;
- Monitores nos transportes escolares; dentre outros.

10.2 CACS FUNDEB -> Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB

- É um colegiado que acompanha e controla a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb no âmbito de representação social, não devendo ser confundido com o controle interno (executado pelo próprio Poder Executivo), nem com o controle externo, a cargo do Tribunal de Contas;
- O Sistema CACS-FUNDEB tem como objetivo dar publicidade aos dados do conselho (endereço, número do telefone, e-mail e nome dos conselheiros);

- Aprova a prestação de contas apresentada pela EEx – (PNATE).

10.3 Previsão de repasses

Site para acesso e consulta previsão de repasses: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnate/media-pnate/consultas/2021/previsao-de-repasses-pnate-2021-3.pdf>

10.4 Programa Caminho da Escola

- EEx cadastrava no Plano de Ações Articuladas (PAR) para aquisição com ajuda financeira do FNDE e aderindo à ata respectiva no Sistema de gerenciamento de Adesão a Registro de Preços – Sigarp (www.fnde.gov.br/sigarpweb);
- Resolução CD/FNDE nº 45, de 2013 – Dispõe sobre os critérios para utilização de veículos de transporte escolar adquiridos no âmbito do programa Caminho da Escola;
- Lei nº 12.695, de 2012 – Dispõe sobre o apoio técnico ou financeiro da União no âmbito do Plano de Ações Articuladas (PAR);
- Decreto nº 6.768, de 2009 – Disciplina o programa Caminho da Escola.

11. DISPOSIÇÕES FINAIS

Este documento foi elaborado pela equipe de Interação Dialógica do Cecampe Sudeste com base nos materiais utilizados nas formações presenciais do curso “Trilhas no PDDE”

Para mais informações acompanhe nossas redes sociais:

- Site: <http://www.proexc.ufu.br/cecampesudeste>
- Facebook: Cecampe Sudeste
- Instagram: @cecampesudeste



EQUIPE INTERAÇÃO DIALÓGICA

